



26 de outubro de 1951

V-fo-A

Senhor Ministro,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o plano para a aplicação dos recursos consignados no Orçamento vigente para o desenvolvimento da rede de ensino primário, mediante a assinatura de Acórdos e Convênios com as unidades federadas e provendo a construção de prédios escolares, equipamento de escolas, pondo-se, assim, em funcionamento todo um novo sistema de educação ativado e aperfeiçoado pela ação supletiva do Governo Central.

2. ~~Com a~~ instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, estabeleceu-se uma nova política administrativa para a educação: o governo federal, até então indiferente ou impossibilitado pelas contingências políticas e econômicas, assumiu posição de agente eficaz no desenvolvimento da base física do precário sistema educacional existente para o ensino básico da infância brasileira.

3. Mediante a assinatura de Acórdos e Convênios, construiu-se, de preferência, nas zonas rurais, toda uma rede escolar para abrigar e reduzir o "deficit" escolar brasileiro.

4. Segundo os estudos realizados neste Instituto, desde 1938, encontrava-se, principalmente, nas zonas rurais do país, uma população de quase três milhões de crianças de 7 a 11 anos que não eram atingidas ou atraídas pelo sistema escolar, que não buscavam a escola, ou se o faziam, encontravam, na deficiência de instalações adequadas, o espeçilho para a matrícula. De norte a sul, nas grandes cidades ou nos centros de fraca densidade demográfica, nos núcleos industriais ou nas regiões agro-pastoris, nas zonas de coloni-

zação ou fronteiriças, a população em idade escolar não era absorvida pela rede do sistema oficial ou particular.

5. Ficava assim, de ano para ano, apesar dos esforços dos educadores e administradores, aumentado o contingente de crianças que fazem parte do que se chama, usualmente, de "deficit escolar", ou seja, a massa de alunos que não encontra oportunidade para aprender a ler, escrever e contar. Somando-se os dados referentes ao país inteiro, tínhamos, num cálculo muito otimista, cerca de seis milhões de crianças em idade escolar, das quais talvez apenas a metade conseguia matricular-se. Havia, portanto, um "deficit" que precisava ser combatido até sua completa erradicação.

6. Certo, a existência de um sistema escolar que possa abrigar toda a população infantil seria consequência da solução de múltiplos problemas que nos afligem: transportes, saneamento, irrigação, fomento à agricultura, imigração. Assim, a supressão do "deficit" exigiria simultaneamente a inversão de bilhões de cruzeiros no reaparelhamento dos transportes e vias de comunicações, no saneamento das zonas derrotadas pela malária e verminoses, no fomento de produção das utilidades fundamentais à vida.

7. De outro lado, verificava-se ser praticamente impossível, ainda que teoricamente defensável, que os Estados resolvessem dentro de seus reduzidos recursos orçamentários, a grave situação em que se debatia o ensino primário brasileiro. Sem prédios adequados, sem professorado tecnicamente habilitado, sem material escolar, seria difícil o encaminhamento de uma solução.

8. Segundo os dados das estatísticas oficiais havia unidades federadas que não atendem teoricamente a 70% de sua população em idade escolar; outras apresentam "deficit" teórico entre 60 a 70%, bem poucos Estados apresentavam "deficit" inferior a 50%. A verdade é que o quadro é realmente desolador para o ensino primário brasileiro.

Os números absolutos são bem expressivos e demonstravam o verdadeiro panorama da situação: Minas Gerais, por exemplo, teoricamente, apresentam quase 300 mil crianças fora das escolas; a Bahia mais de 400 mil; Pernambuco mais de 200 mil; Ceará e São Paulo cerca de 200 mil cada um.

A análise do movimento de matrícula pelos municípios, demonstra que a situação é bem séria e exige tempo e grande soma de recursos para o encaminhamento de solução apenas satisfatória. Con -

tribui para isso, entre outros fatores, a fraca densidade demográfica de pelo menos, 500 municípios. Exemplo frizante o fato de 20 deles apresentarem "deficit" superior a 90%; isto é, mais de 90% das crianças em idade escolar não estão matriculadas no curso primário; em 142 municípios, esse "deficit" variam de 80 a 90%; em 245, oscilam entre 70 e 80%; em 220, entre 60 e 70%; em 180, entre 50 e 60%; e abaixo de 50%, contamos 675.

9. Ainda o exame da matrícula escolar nos leva à conclusão pouco satisfatória de que a zona rural, por onde se distribui cerca de 35 milhões de brasileiros, está sofrendo uma acentuada crise de assistência educacional. Com efeito, apenas 38% das crianças matriculadas no curso primário pertencem aos núcleos rurais, se bem que 70% das crianças brasileiras ali se encontrem. Às zonas urbanas, 50%, e 12%, às zonas distritais.

10. Com base nos resultados do Censo de 1940 e utilizando os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário e ainda os recursos orçamentários atribuídos ao I.N.E.P., foi organizado o plano que está em franca execução e com os melhores e mais promissores resultados.

11. Além de mais de 4.000 novos prédios já concluídos para o funcionamento de Escolas Rurais, estão igualmente terminados mais de 100 Grupos Escolares. Estão em construção mais de 1.300 prédios para escolas rurais e igualmente em construção estão mais de 100 Grupos Escolares. E já foram tomadas efetivas providências para o início de mais 1.000 novas Escolas Rurais e cerca de 100 novos Grupos Escolares.

12. Agora o novo plano prevê a assinatura de Convênios e Acôrdos para a construção de 200 novos Grupos Escolares e 500 Escolas Rurais.

13. Esses novos Grupos terão uma parte destinada à iniciação no trabalho a fim de despertar na infância o gosto pelas atividades industriais e agrícolas e teremos, então, a população escolar orientada para as atividades produtivas e iniciada nas técnicas do trabalho. A escola primária passará a ser um centro de orientação para o trabalho e deixará de ser um mero aparelho alfabetizador.

Teremos também um aumento considerável na clientela que buscará anualmente matrícula na rede de educação industrial e agrícola sem aumentarmos a massa de candidatos ao nosso deficiente ensino secundário.

14. As conseqüências benéficas não precisarão ser apontadas com a aprovação desse novo plano de trabalho. De outra parte, o Governo não abandonará os trabalhos em curso. Ao contrário, dar-lhes-á nova seiva, novo impulso e fará executar um plano paralelo e complementar, sem o qual o primeiro ficaria desprovido de sentido.
15. Além dessas novas unidades escolares, a serem distribuídas pelas unidades federadas, na base de suas necessidades e possibilidades de manutenção, prevê o novo plano o equipamento das novas escolas a fim de que não haja solução de continuidade entre a terminação das obras e início das aulas.
16. O plano prevê as seguintes condições para que a unidade federada possa receber os novos auxílios:
- a) conclusão dos Acôrdos de 1 946, 1 947, 1 948;
  - b) conclusão de pelo menos 50% do Acôrdo de 1 949;
  - c) conclusão de pelo menos 30% do Acôrdo de 1 950;
  - d) funcionamento de tôdas as escolas rurais e grupos concluídos e originários dos Acôrdos de 1 946, 1 947, 1 948 e 1 949.
17. A aprovação desse novo plano vai representar o passo decisivo para a organização definitiva das bases físicas do sistema escolar primário no Brasil. A história registrará que a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário e sua rigorosa aplicação foi o início da eliminação das desigualdades educacionais iniciadas por um estreito espírito federalista e pelo progresso econômico desigual das várias regiões do Brasil.
18. Se houver decisão e firmeza administrativa, terá o Governo dado orientação e execução seguras ao problema que, desde a Independência, mais tem angustiado o povo brasileiro e seus dirigentes.
19. Muito ainda nos resta fazer no setor do ensino primário, pois que, lamentavelmente, apesar de nossos esforços, para uma população infantil em idade escolar que oscila entre 5 milhões e meio e 6 milhões, a capacidade de matrícula ainda não se eleva a 4 milhões.
20. É certo que a solução definitiva do problema está vinculada a fatores e circunstâncias inerentes ao estágio econômico e

social do país, que reflete o grau de progresso material atingido. No entanto, se o Governo Federal não levar a cabo uma decisiva campanha de ensino, o Brasil se debaterá indefinidamente num círculo vicioso, já que é óbvia a dependência do progresso material em relação ao nível de educação do povo.

21. Acresce que também não é possível esperar possam todos os Estados atender, dentro de suas possibilidades financeiras, à premência dos esforços que neste setor precisam ser despendidos. A intervenção do Governo Federal é, pois, de caráter necessário, e singular seria que permanecesse indiferente ao problema. A continuidade administrativa será o fator básico do sucesso nessa campanha de rendição das populações infantis relegadas ao abandono e endereçadas sem outra escôlha, ao analfabetismo.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de estima e distinta consideração.

Murilo Braga  
Diretor do I.N.E.P.

A Sua Excelência o Sr. Dr. Ernesto Simões Filho  
M.D. Ministro da Educação e Saúde